

Três padrões de ocupação espacial dos desenvolvidos

14 – 08 –99

[Primeiro mundo desmente idéia que só a marcha para a urbanização desenvolve o campo]

[Novas fontes de crescimento rural ligam-se ao patrimônio natural e cultural]

Há quem acredite que o meio rural esteja sujeito a um processo de urbanização tão poderoso que a histórica contradição entre cidade e campo estaria fadada a desaparecer. Contudo, o que se verifica é a existência de três tipos de países desenvolvidos sob o prisma da diferenciação espacial entre áreas rurais e urbanas. Primeiro, um pequeno grupo fortemente urbanizado, que reúne Holanda, Bélgica, Reino Unido e Alemanha, no qual as regiões essencialmente urbanas ocupam mais de 30% do território e as regiões essencialmente rurais menos de 20%, sendo que as intermediárias variam entre 30% e 50%. No extremo oposto há um grupo maior, formado por quatro países do “Novo Mundo” - Austrália, Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia - mas do qual também fazem parte três nações das mais “velhinhas”: Irlanda, Suécia e Noruega. Nesse grupo as regiões essencialmente rurais cobrem mais de 70% do território e as relativamente rurais têm porções inferiores a 20%. Finalmente, no caminho do meio encontram-se França, Japão, Áustria e Suíça, países nos quais entre 50% e 70% do território pertence a regiões essencialmente rurais e cerca de 30% a regiões relativamente rurais.

Qualquer esforço para interpretar os fundamentos desses três padrões de diferenciação espacial do mundo desenvolvido será forçosamente levado a considerar fatores naturais objetivos, como o relevo, clima e hidrologia. Rejeitar explicações baseadas no determinismo natural não significa que se possa admitir o puro e simples possibilismo, isto é, a desconsideração de limites físicos e biológicos à ação humana na formação dos espaços rurais e urbanos, eludindo, assim, toda a problemática do relacionamento entre as sociedades humanas e os meios ditos naturais. Além disso, foi justamente o avanço das pesquisas científicas em urbanismo que fez emergir o conceito de “ecossistema territorial”, entendido como o espaço sem o qual um ecossistema urbano não pode exercer o conjunto de suas próprias funções vitais. Se o ecossistema territorial é composto tanto de elementos do ambiente físico-biológico, quanto do ambiente construído e do ambiente antrópico, torna-se impossível, então, recusar todo e qualquer tipo de determinismo geográfico para explicar a localização das atividades e das populações, como pretendiam os primeiros teóricos da economia espacial.

Nada disso impede, entretanto, que seja muito atraente a crença de que o destino do espaço rural será seu desaparecimento por força de avassaladora urbanização. Para seus adeptos, a oposição cidade-campo já seria, inclusive, uma questão inteiramente superada, uma vez que a ruralidade não passaria de mero sucedâneo de uma formação social anterior, condenada pura e simplesmente a sumir, a exemplo do que já teria ocorrido na Holanda, essa vasta metrópole urbana apenas recortada por corredores verdes onde se misturam espaços recreativos e terrenos de uso agrícola. A idéia chegou a ser formulada nesses termos pelo

secretário geral do Observatório Internacional de Prospectiva Regional, na abertura de um colóquio recentemente patrocinado pelo Senado francês.

Acontece, contudo, que essa visão de convergência para um suposto padrão holandês, de grande metrópole esverdeada, não resiste a qualquer tentativa de se encontrar homogeneidade espacial entre os países mais desenvolvidos, mesmo que se admita o reducionismo de considerar apenas os aspectos demográficos da questão. Um dos países desenvolvidos mais densamente povoados – a Suíça – tem 13% de sua população em regiões essencialmente rurais, 25% em regiões relativamente rurais e 62% em regiões essencialmente urbanizadas. Estendendo-se por largas partes do Jura, da Plaine e dos Alpes, as zonas rurais contribuem de maneira significativa à economia nacional, para não falar da imagem do país no exterior. E suas funções de residência, trabalho e lazer são consideradas essenciais por suas elites.

É verdade que só uma ínfima parte dos habitantes de meia dúzia de países do oeste europeu reside em regiões essencialmente rurais. Mas o peso das populações nas regiões relativamente rurais dessa seleta meia dúzia de países varia de 15% na Holanda a 44% na Itália. Nesta última, como no Japão, não chegam a 50% os habitantes de regiões essencialmente urbanas, mesmo que 70% residam em *localidades* urbanas. Em países maiores, como a França e o Canadá, apenas 29% e 44% dos habitantes estão em regiões essencialmente urbanas, mesmo que 60% residam em *localidades* urbanas. De resto, a diferenciação rural/urbana pode ser muito parecida em territórios tão diferentes quanto o da França e o dos Estados Unidos.

A verdade é que são bem diversas as combinações entre os vários tipos de atividade econômica que permitem elevar os níveis de renda, educação e saúde de muitas populações que continuam rurais. As novas fontes de crescimento das áreas rurais estão principalmente ligadas a peculiaridades dos patrimônios natural e cultural, o que só reafirma o contraste entre os contextos ambientais do campo e da cidade. Enfim, a visão de uma inelutável marcha para a urbanização como única via de desenvolvimento do campo só pode ser considerada plausível por quem desconhece a imensa diversidade que caracteriza as relações entre espaços rurais e urbanos dos países que mais se desenvolveram.